

# Internacionalismo: un breviario

---

---

Se o nacionalismo é o fenômeno político moderno cujas abordagens mais se vêem envolvidas em juízos de valor conflitantes, o internacionalismo, por sua vez, parece ter quase sempre conotações positivas. Mas o preço dessa aprovação é a indeterminação. Apesar de muitos o reivindicarem como valor – com destaque para a grande maioria dos marxistas, que consideram o internacionalismo como parte indissociável de sua auto-imagem –, quem pode identificá-lo como uma força sem cair em dúvida?

Tal questionamento é levantado pelo historiador Perry Anderson em seu interessante artigo publicado na *New Left Review*. Segundo ele, nesse paradoxo repousa uma história inexplorada, para a

qual propõe uma periodização que capte as metamorfoses que nacionalismo e internacionalismo sofreram desde suas aparições – há dois séculos e meio – até a atualidade. Não desconsidera que isso pode implicar simplificações arbitrárias, mas raciocina que, como seres narrativos, nós não podemos deixar de periodizar.

Seu procedimento consiste em *exponer las interrelaciones entre el nacionalismo y el internacionalismo como una sucesión de fases inteligibles, cada una de ellas definida por un par de dominantes* [expor as interrelações entre o nacionalismo e o internacionalismo como uma sucessão de fases inteligíveis, cada uma delas definida por um par de dominantes] (p.06) – com

a ressalva de que o que é dominante representa apenas o que mais sobressai em dado contexto, não eliminando uma série de subdivisões e contracorrentes. Para tanto, elege cinco coordenadas para mapear o nacionalismo: 1º o tipo de capital contemporâneo a cada forma de nacionalismo; 2º sua principal zona geográfica; 3º sua linguagem filosófica dominante; 4º a definição operativa de nação; e 5º a relação desse nacionalismo com as classes dominadas. É no contraste com tais coordenadas que é entendida a história do internacionalismo, dividida em seis fases.

O sentimento nacional moderno surge no século XVIII. Foi a partir das Revoluções Americana e Francesa que nasceu a idéia da nação como uma coletividade popular, rompendo com visões de mundo – principalmente a religiosa – que inspiraram as revoluções europeias anteriores. Aquelas se deram num momento anterior à Revolução Industrial, quando o capital era basicamente comercial ou agrário, e não havia ainda o enorme fosso entre industriais e operários. Por

consequente, foi possível às elites daqueles países mobilizarem, a suas causas, os trabalhadores das cidades e do campo, em sua maioria artesãos e agricultores. Uma só categoria era, de certa forma, capaz de incluir todas as classes: o patriotismo – termo inspirado nas antigas repúblicas clássicas (Atenas, Esparta e Roma).

Esse último se baseava no racionalismo iluminista, cujos porta-vozes – como Rousseau – contrapunham a vontade coletiva à tradição nobiliárquica. Nessa linguagem, a nação era definida em termos essencialmente políticos, como uma comunidade baseada em direitos *naturais* ao invés de privilégios ou restrições *artificiais*, voltando-se para um futuro a ser construído pela participação cívica na vida pública.

Além disso, ele tinha um traço universalista: pressupunha uma harmonia entre os interesses das nações civilizadas que lutavam contra o absolutismo. Um dos seus símbolos era o *Projeto de uma Paz Perpetua*, de Kant, onde ele sustentava que a rivalidade entre os príncipes era a única causa das guerras, e que

à medida que se ampliassem as constituições republicanas aquelas perderiam sua razão de ser. Portanto, patriotismo e cosmopolitismo caminhavam juntos, compondo também o ideário das lutas de libertação colonial na América hispânica.

Ambos acabaram corrompidos pelo expansionismo militar napoleônico. Na luta contra o Império nasceram duas versões contra-revolucionárias daqueles ideais: as resistências nacionais antifrancesas de cunho conservador ou clerical (Espanha, Alemanha e Rússia) e a união internacional das monarquias da Restauração (Santa Aliança). Trata-se, no entanto, de dois exemplos subdominantes.

Os velhos princípios de legitimidade dinástica e da fé religiosa logo seriam combatidos pelo nacionalismo romântico surgido entre 1820 e 1860. Este era expressão das burguesias de países europeus (Alemanha, Itália, Polônia e Hungria) que visavam alcançar a modernização advinda com a Revolução Industrial. Difundido por poetas e romancistas (influenciados por Herder), que

cultuavam o passado dos seus países, definia a nação pela particularidade cultural, principalmente a língua, invertendo assim a lógica do patriotismo racionalista. Encontrou seu auge na *primavera dos povos*, de 1848, quando uma série de revoluções nacionais liberais explodiu por toda a Europa. Seu fracasso marca o início das lutas revolucionárias socialistas, anunciadas pelo *Manifesto comunista*.

O internacionalismo da Primeira Internacional, contudo, compartilhava com o nacionalismo romântico das mesmas bases populares: uma esmagadora maioria de artesãos, em lugar de um proletariado fabril – como se costuma pensar. Tratava-se de uma camada que dispunha dos próprios meios de produção, com alto grau de alfabetização, localizada nas proximidades dos centros das capitais e que experimentava uma alta mobilidade geográfica dentro e fora dos seus países. Em outras palavras,

una formación caracterizada por la paradójica combinación de arraigo social (que incluía cierta suficiencia

cultural y un sentido de la alta política) y movilidad territorial (que incluía la posibilidad de experimentar directamente lo que era vivir en el extranjero y un sentido de solidaridad entre los pueblos) [uma formação caracterizada pela paradoxal combinação de arraigo social (que incluía certa suficiência cultural e um sentido da alta política) e mobilidade territorial (que incluía a possibilidade de experimentar diretamente o que era viver no estrangeiro e um sentido de solidariedade entre os povos)] (p.10).

Foi esse, segundo Perry Anderson, um dos principais fatores que tornaram possível a passagem das lutas nacionais às internacionais no período do *Manifesto*. Ele chega a colocar que a figura exemplar dessa combinação sem tensões entre nacionalismo e internacionalismo seria a do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, dado que participou tanto das lutas pela unificação do seu país (particularmente na Sicília e na Calábria), como da Revolução Farroupilha (Brasil) e dos acontecimentos de 1871 na França, chegando mesmo a aderir à Primeira Internacional. Por se tra-

tar, no entanto, de uma personalidade tão controversa, é algo que precisa ser debatido.

Entramos então no período do capital monopolista, que vai de fins da década de 1860 à Primeira Guerra Mundial. A corrida imperialista entre os países industriais, para a conquista de mercados e territórios, liga-se ao declínio do nacionalismo romântico, e sua substituição pelo nacionalismo chauvinista. Este se baseava no darwinismo social (lei do mais forte), definindo a nação em termos étnicos ou físico-culturais: é o que o autor chama de *nacionalismo das Grandes Potências* (p.11). Seu discurso de superioridade tinha dupla função: 1º mobilizar as massas de cada Estado contra o inimigo externo, numa competição cada vez mais acirrada; e 2º integrar politicamente essas massas à ordem capitalista, visto que o sufrágio se ampliava.

Ele era combatido pelo internacionalismo da Segunda Internacional – pela primeira vez ocorria uma oposição entre nacionalismo e internacionalismo. Sua estrutura era maior que a da Primeira, abarcando

do mais países e mais trabalhadores industriais de fato. Estes compunham a grande maioria da sua base social, caracterizados, porém, por uma situação de desvantagem em relação a seus predecessores: uma combinação de imobilidade territorial (isolados em fábricas e minas distantes das capitais políticas) e desenraizamento social (sem meios de produção próprios e sem os níveis de cultura e tradições de combatividade do antigo artesão). Daí o sucesso do seu rival, que conseguiu construir uma mescla de passividade e entusiasmo populares que conduziu à matança de 1914 e à consequente derrocada daquela Internacional. Se queremos entender por que operários mataram operários (aos milhares!), tal raciocínio pode nos ser uma ferramenta útil.

O fim da Guerra levou a uma radicalização do nacionalismo chauvinista por parte das potências que saíram derrotadas (Alemanha, Itália, Áustria-Hungria e Japão). A nação passa então a ser representada como uma comunidade biológica (a raça). Nessa forma o nacionalismo é impulsionado pelo ir-

racionalismo moderno (Nietzsche, Sorel e Gentile, por exemplo). Pregando o renascimento e a vingança, ele visava arremessar as classes subalternas contra os países vencedores, ao mesmo tempo em que lhes oferecia uma alternativa à crise da democracia parlamentar liberal. Estamos aqui diante do advento do fascismo, a forma política do capital antiliberal.

Por outro lado, a Revolução Russa havia tornado realidade a construção de um Estado socialista. Embora a intenção dos seus fundadores fosse explicitamente internacionalista, a partir da vitória de Stálin dentro do Partido Comunista Soviético surgiu um novo tipo de nacionalismo – ligado à doutrina do “socialismo em um só país”. Ou seja, os socialistas de todo o mundo rechaçavam – com base na experiência amarga da Primeira Guerra – a lealdade aos seus próprios Estados, substituindo-a pela fidelidade a um outro, a União Soviética. As Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola exemplificam essa ligação que, nas palavras do autor, levou o internacionalismo a

*um grau de perfeição e perversão nunca antes conhecido* (p.14).

A Segunda Guerra foi a prova de fogo da Terceira Internacional. Num primeiro momento, vários partidos comunistas negaram o apoio a seus governos nacionais, pensando que o conflito não passava de uma disputa interimperialista e que, portanto, não dizia respeito às massas. Somente quando Hitler invade a União Soviética é que os comunistas aderem às resistências nacionais contra a ocupação nazista em diversos países europeus. Nessa conjuntura não havia contradição entre a defesa da pátria socialista e o dever nacional dos comunistas em proteger a democracia representativa contra o fascismo. Em meio ao conflito Stálin dissolve a Internacional para favorecer os aliados.

Terminada a Segunda Guerra, os novos palcos do nacionalismo passam a ser a Ásia, a África e a América Latina – antes o fenômeno se concentrara mais entre Europa e EUA. O que havia sido, do Iluminismo ao fascismo, uma expressão das classes dominantes, muda completamente de posição, relacionando-

se agora às causas populares das lutas de libertação colonial e contra o imperialismo ocidental. O caráter social desse novo tipo de nacionalismo era bem mais heterogêneo: podia ser encabeçado pelas classes médias que queriam ascender ao poder; por burocratas ou oficiais do próprio Estado colonial; por professores de escolas rurais; ou pelos partidos comunistas. Mas o que prevalecia numericamente, servindo de base social nos vários casos, era o campesinato. Sua linguagem intelectual era igualmente heterogênea: podia combinar racionalismo e romantismo, positivismo e irracionalismo, religião e socialismo. De qualquer forma, todos levantavam a bandeira da defesa nacional.

Por outro lado, o capital também mudava de posição. Baseado na hegemonia dos EUA pós-1945, assim como na necessidade de unir forças contra um bloco comunista que chegava a ocupar metade da Europa e um terço da Ásia, ele descobre seu próprio internacionalismo – ou *supranacionalismo* (p.15). Os interesses dos Estados capitalistas se concretizaram num processo de

## DANIEL DE OLIVEIRA R. GOMES

unificação comercial, ideológica e militar que vai dos acordos de Bretton Woods, passando pelos planos Marshall e Dodge (para reconstruir, respectivamente, Europa e Japão), pelo estabelecimento do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e pela criação da OTAN, até a formação da Comunidade Econômica Européia.

Durante a Guerra Fria, a ideologia desses Estados se desloca da defesa da nação para a exaltação do mundo livre, generalizando a democracia representativa baseada no sufrágio universal como o modelo político do Estado capitalista avançado.

De meados de 1960 em diante observa-se uma crescente afirmação das corporações multinacionais, seguida por um entrelaçamento crucial dos mercados financeiros, o que precariza cada vez mais o controle nacional sobre os processos de acumulação. Desta forma, chega-se a uma maior coordenação entre as políticas dos países desenvolvidos, cujo exemplo fundamental é a formação do G-7.

Tal fenômeno pode ser chamado de *transnacionalismo* (p.19).

Em contraste, ocorreu a progressiva desintegração do bloco comunista. Era o produto do egoísmo nacional praticado por Stálin e seus sucessores, que levou a um conflito de Estados conquistados pelos partidos comunistas não russos – os quais se apropriavam da doutrina do *socialismo em um só país* em seu benefício –, primeiro com a URSS, e depois em guerras abertas entre si (Vietnã *versus* Camboja; China *versus* Vietnã).

Diante da combinação de atraso econômico e falta de liberdade – o burocratismo e a coação militar impediam qualquer livre associação dos produtores –, esses Estados recorreram ao nacionalismo como uma forma imaginária de integrar as massas. Tal solução não funcionou por muito tempo, como atestam os sucessivos separatismos que explodem a partir de 1989 no Leste da Europa.

Após a queda da União Soviética, vivemos hoje na fase da hegemonia isolada dos EUA. Este alia o

culto fervoroso à pátria a uma re-  
denção missionária do mundo, tor-  
nando a ONU um apêndice do seu  
predomínio mundial. Nesse sentido,  
o internacionalismo deixa de ser a  
coordenação dos interesses das po-  
tências capitalistas contra um ini-  
migo comum, tornando-se o ideal  
afirmativo mesmo da reconstrução  
do globo à imagem e semelhança  
dos Estados Unidos.

Contudo, com a multiplicação  
dos movimentos opostos à mundi-  
alização do capital e com o acirra-  
mento do fundamentalismo islâmi-  
co, Perry Anderson acredita que não  
presenciamos o fim do internacio-  
nalismo. Afinal, sua história é cheia  
de ironias, reviravoltas e surpresas.

---

**Nota** - ANDERSON, Perry. **Internacionalismo:**  
un breviario. NEW LEFT REVIEW, n.14, may./jun.  
Madrid, 2002.